



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Semana tem decisão de política monetária no Brasil e nos EUA. Agenda local também traz números de atividade.

As atenções da semana estarão voltadas para a reunião do Copom, marcada para os dias 17 e 18 de junho, quando o Comitê deve encerrar o atual ciclo de alta de juros. A expectativa majoritária (60% das respostas na coleta da Bloomberg) é de manutenção da taxa Selic em 14,75% ao ano, encerrando o processo de aperto monetário iniciado em setembro de 2024, com elevação acumulada dos juros de 4,25 pp no período. A decisão deve refletir o entendimento de que a política monetária já se encontra suficientemente restritiva em um momento em que começam a surgir alguns sinais de desaceleração da atividade e da inflação. Por outro lado, parte relevante (40%) ainda espera alta residual de 0,25 pp, devido à inflação de serviços em nível ainda bastante elevado e uma atividade econômica mais resiliente do que se esperava. O que não resta dúvida é que o Colegiado deve reforçar a necessidade de manutenção dos juros em patamar elevado por um período prolongado para buscar reancorar as expectativas de inflação e a convergência da inflação para a meta. Também esperamos que o Copom volte a mencionar que seguirá calibrando suas decisões em função dos dados que forem sendo divulgados, vale dizer, sem indicar *guidance*, mas preservando margem de manobra para alterações de rota em caso de mudança relevante no cenário.

O mercado também acompanha o desempenho das *proxies* mensais do PIB de abril, que devem mostrar um início de 2º trimestre mais moderado. O Banco Central divulgou agora há pouco o resultado do índice IBC-Br, que subiu apenas 0,16% no mês, refletindo o crescimento do setor de serviços, enquanto a indústria e a agropecuária caíram no mês. Amanhã (17), a FGV divulga o Monitor do PIB, que deve trazer sinais adicionais de desaceleração da economia, também com indícios de moderação no consumo das famílias.

Em relação à inflação, a FGV divulgou hoje (16) cedo o IGP-10 de junho, que voltou a refletir os efeitos das incertezas relacionadas à guerra comercial. O índice registrou deflação de 0,97% no mês, a terceira seguida, refletindo o recuo do preço de importantes *commodities* no atacado. No acumulado em 12 meses, o IGP-10 desacelerou de 7,54% para 5,62%.

No cenário político/fiscal, os agentes acompanham a possibilidade de o Congresso derrubar os decretos que aumentaram as alíquotas do IOF. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, informou que colocará hoje (16) para votação do Plenário o requerimento de urgência para votação do projeto que suspende o aumento do IOF. E é possível que a votação do mérito também seja agendada para breve. Vale destacar que o governo já recuou de parte do decreto e editou uma Medida Provisória com novas medidas para aumentar a arrecadação em 2025 e 2026 ([para mais detalhes, ver pgs. 5 e 6](#)).

No cenário internacional, as atenções se voltam para a decisão de política monetária do Fed, que deve manter os juros inalterados pela quarta reunião seguida. A decisão será divulgada na quarta (18) e a expectativa unânime é de manutenção dos *Fed Funds* entre 4,25% e 4,50% aa, diante das incertezas relacionadas ao efeito das tarifas, tanto na inflação como na atividade dos EUA. Adicionalmente, agora também surgem novas incertezas no campo geopolítico (guerra Israel vs Irã e impacto no preço do petróleo). As novidades do encontro devem vir das projeções econômicas que serão divulgadas pela autoridade monetária, além do tom do comunicado e das falas do presidente do Fed, Jerome Powell, na coletiva após o término da reunião. Os agentes devem analisar com atenção as novas projeções para a trajetória dos juros (conhecido como o gráfico de *dot plot* do Fed), que pode manter a sinalização de 2 cortes de 0,25 pp ainda neste ano, ou revisar tal projeção para apenas 1 corte, diante dos efeitos esperados das tarifas sobre a inflação.

Ainda nos EUA, na terça-feira (17) serão conhecidos dados de atividade referentes a maio, que devem manter os sinais de desaceleração da atividade no país. A expectativa é de recuo do varejo (-0,6%) e estabilidade da indústria (0,0%) no mês, assim como já observado em abril. Caso se confirmem, as divulgações devem reforçar os sinais de moderação da atividade no país, ainda que longe de um quadro recessivo.



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

| Data | Indicadores Nacionais | Período de Referência | Consenso de Mercado | Anterior |
|--------|---|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| 16/jun | BCB: Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) | Abr/25 | 0,1% m/m 2,3% a/a | 0,8% m/m 3,5% a/a |
| 16/jun | FGV: IGP-10 | Jun/25 | -0,94% m/m 5,67% a/a | -0,01% m/m 7,54% a/a |
| 17/jun | FGV: Monitor do PIB | Abr/25 | - | 1,3% m/m 3,5% a/a |
| 18/jun | BCB: Reunião do Copom | - | 14,75% aa | 14,75% aa |

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

| Data | País ou Região | Indicadores Internacionais | Período de Referência | Consenso de Mercado | Anterior |
|--------|----------------|--------------------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| 17/jun | EUA | Vendas no varejo | Mai/25 | -0,6% m/m | 0,1% m/m |
| 17/jun | EUA | Produção Industrial | Mai/25 | 0,0% m/m | 0,0% m/m |
| 18/jun | Zona do Euro | Inflação ao Consumidor (CPI) | Mai/25 – final | 0,0% m/m 1,9% a/a | 0,6% m/m 2,2% a/a |
| 18/jun | EUA | Construções de casas novas | Mai/25 | -0,2% m/m | 1,6% m/m |
| 18/jun | EUA | Alvarás para novas construções | Mai/25 | 0,2% m/m | -4,0% m/m |
| 18/jun | EUA | Fed: Reunião de Política Monetária | - | 4,25% aa; 4,50% aa | 4,25% aa; 4,50% aa |
| 19/jun | China | Taxas de Juros Prime: 1 ano e 5 anos | Jun/25 | 3,00% aa; 3,50% aa | 3,00% aa; 3,50% aa |
| 20/jun | Zona do Euro | Confiança do consumidor | Jun/25 – prévia | -14,9 pts | -15,2 pts |

Fonte: Bloomberg.



ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

IPCA de maio traz números positivos e aumenta aposta em fim do ciclo de alta da taxa Selic

O índice IPCA subiu 0,26% em maio, abaixo do esperado pelo mercado (0,32%) e do registrado no mês anterior (0,43%). Em 12 meses, o indicador desacelerou de 5,53% para 5,32%, ainda em patamar elevado, mas apontando uma certa inflexão (melhora) da dinâmica inflacionária, refletindo a recente apreciação cambial, a queda dos preços das *commodities* no mercado internacional (guerra comercial) e alguma melhora das condições de oferta dos alimentos.

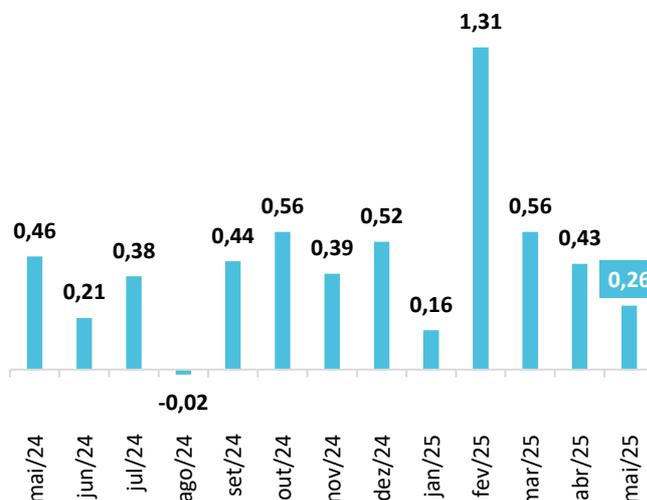
A menor variação no mês refletiu, em especial, a dissipação das pressões nos preços dos alimentos consumidos no domicílio, que subiram apenas 0,02% em maio, após alta média de 1,1% nos últimos oito meses. O resultado foi beneficiado pela deflação de importantes itens *in natura*, cereais (especialmente arroz) e ovos, refletindo a queda dos preços de *commodities* e a sazonalidade favorável do período. Com isso, no acumulado em 12 meses, a inflação do grupo desacelerou de 7,87% para 7,19%. Outro fator que contribuiu para a menor variação do índice em maio foi a deflação no grupo transportes (-0,37%), em função da queda das passagens aéreas (-11,31%) e dos combustíveis (-0,72%), neste caso, devido à redução dos preços às distribuidoras pela Petrobras, que já anunciou nova diminuição no preço da gasolina (-5,6%) para junho. Vale notar que tal redução foi anunciada antes da escalada do conflito Israel x Irã, que levou a uma forte elevação na cotações do petróleo na última sexta-feira.

Na outra ponta, o principal vetor de alta veio das contas de energia elétrica, responsável por 53% da inflação do mês. O item subiu 3,62% em maio, devido ao acionamento da bandeira tarifária amarela. Em junho, será acionada a bandeira tarifária vermelha 1, fato que manterá o item como um vetor importante de alta dos preços no próximo mês.

Os indicadores qualitativos também mostraram melhora, após um bom período (cerca de 1 ano) em trajetória de deterioração. A média dos cinco núcleos acompanhados mais de perto pelo Banco Central desacelerou de 5,26% para 5,17% em 12 meses, enquanto a inflação dos itens industriais recuou de 4,09% para 3,82%. A exceção foi a inflação dos serviços subjacentes, que ficou praticamente estável em 6,75% (ante 6,74%), em um quadro de demanda interna ainda resiliente. Portanto, o resultado de maio do IPCA trouxe algum alívio, após longo período de deterioração. Aparentemente, a inflação no acumulado em 12 meses atingiu o seu pico, embora em nível ainda elevado e bastante superior ao teto da meta.

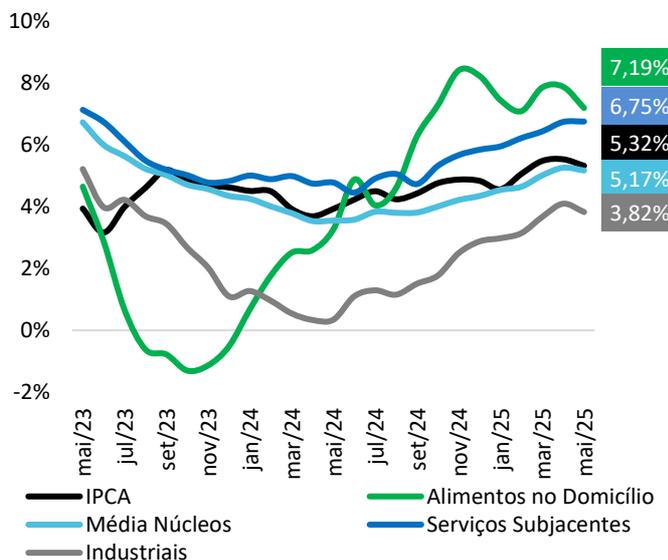
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: IPCA – Var. % mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: IPCA e Aberturas – Var.% Acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE.

Neste quadro, há argumentos tanto a favor de uma nova alta dos juros pelo Copom na próxima reunião, em função da inflação de serviços ainda elevada e da atividade resiliente, quanto para a manutenção dos juros no atual patamar, dado os sinais de inflexão do processo inflacionário e dos sinais de moderação da atividade no início do 2º trimestre. O mais provável, para a maior parte do mercado, é que o Copom deixe a Selic estável em 14,75% aa na reunião desta semana (17 e 18 de junho), encerrando o ciclo de alta dos juros, mas sinalize a necessidade de manutenção da taxa básica no atual patamar por um longo período para levar a inflação à meta.

Os indicadores de atividade sinalizaram alguma perda de força da demanda doméstica no início do 2º trimestre, sugerindo que a economia deve voltar ao seu processo de desaceleração gradual, após um primeiro trimestre robusto.

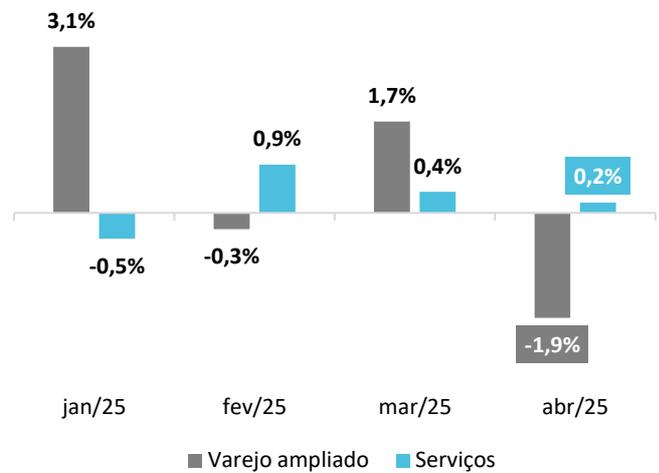
As vendas no varejo (ampliado) caíram 1,9% em abril, pior do que o esperado pelo mercado (-1,4%). O resultado devolveu a alta observada em março (+1,7%) e deixou um carregamento estatístico negativo de 0,9% para o 2T25. Assim, após avançar 1,6% no 1º trimestre, o dado de abril sinaliza alguma moderação (ou mesmo retração) do setor neste 2º trimestre.

No mês, o recuo foi relativamente disseminado, observado em 6 das 10 atividades analisadas. As vendas de combustíveis (-1,7%) e de móveis e eletrodomésticos (-0,3%) registraram a segunda queda consecutiva. Atividades de elevado peso, como as vendas em supermercados (-0,8%) e de veículos (-2,2%), que, juntos, respondem por quase 60% do varejo ampliado, também caíram no mês.

Já o setor de serviços apresentou ligeiro crescimento de 0,2% em abril, em linha com as expectativas. Apesar de contida e com alguma acomodação, esta foi a 3ª alta seguida, com o setor acumulando expansão de 2,2% no ano. O resultado deixou um carregamento positivo de 0,7% para o 2º trimestre, sinalizando uma reversão da ligeira queda de 0,1% registrada no primeiro trimestre do ano.

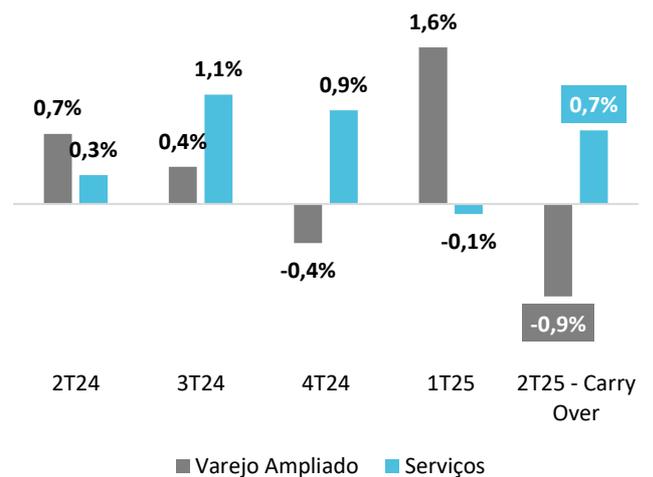
Embora o resultado agregado tenha sido positivo, a decomposição dos dados trouxe uma dinâmica menos favorável. O avanço no mês foi inteiramente sustentado pelo segmento de transportes (+0,5%), especialmente o modal aéreo (+6,3%). O IBGE atribuiu tal alta ao feriado prolongado (Semana Santa e Tiradentes) no mês, queda dos preços das passagens aéreas, além da realização de um grande evento (show da cantora Lady Gaga no RJ) no início de maio, que pode ter antecipado parte das viagens. Em contrapartida, todas as demais atividades apresentaram retração, incluindo os serviços prestados às famílias (-0,1%), indicando alguma perda de fôlego do consumo.

Quadro 3: Varejo e Serviços – Var.% mensal



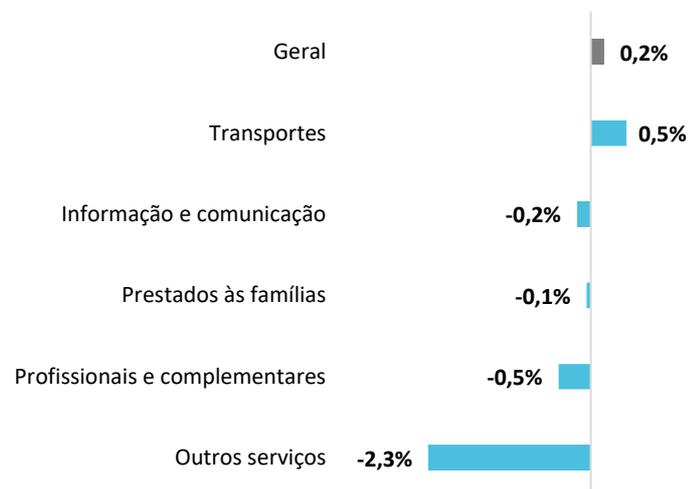
Fonte: IBGE.

Quadro 4: Varejo e Serviços – Var.% trimestral e Carry Over 2T25



Fonte: IBGE

Quadro 5: Serviços – Var.% mensal – abr/25



Fonte: IBGE

No campo fiscal, após fortes críticas da sociedade e do Congresso em relação ao decreto que aumentava a alíquota do IOF sobre operações de crédito para empresas e passava a cobrar o tributo sobre operações de risco sacado*, o governo publicou, no fim da última semana, o [Decreto 12.499/2025](#), que altera parte das medidas relacionadas ao IOF, e a [Medida Provisória 1.303/2025](#), que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras, entre outros pontos, com o objetivo de compensar a arrecadação que seria obtida com a elevação do IOF.

O novo decreto sobre o IOF prevê que a alíquota fixa do imposto em operações de crédito para empresas retorne para 0,38% (ante aumento original para 0,95%) e não haverá tal cobrança em operações de risco sacado, que teria um peso muito grande sobre o custo final da operação, dada sua natureza de curto prazo (60 dias, em média). Porém, o decreto mantém o aumento da alíquota variável do IOF de 0,0041% ao dia para 0,0082% a.d., que, neste caso, também será aplicado sobre as operações de risco sacado. Além disso, passará a haver incidência de uma alíquota de 0,38% de IOF sobre a aquisição de cotas de FIDCs (Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios), atualmente isentos, de modo a não gerar uma assimetria tributária entre as operações (risco sacado e FDIC). Por fim, também foram feitos ajustes na cobrança do IOF sobre a previdência VGBL e em operações de câmbio. Todas as mudanças possuem validade imediata. O Quadro abaixo traz um resumo das mudanças.

Quadro 6: Recalibragem do IOF

| Medida | Resumo |
|---|---|
| Redução da alíquota fixa em operações de crédito PJ | Alíquota fixa nas operações de crédito para pessoas jurídicas retornará para o patamar de 0,38% (ante 0,95% na proposta original) |
| Manutenção da elevação da alíquota variável | Alíquota variável nas operações de crédito para pessoas jurídicas foi mantida em 0,0082% a.d. (ante 0,0041% a.d.) |
| Retirada da alíquota fixa para operações de risco sacado | Alíquota fixa deixa de ser aplicada (até então, não tinha a incidência do imposto sobre a operação), mantendo apenas a incidência da alíquota diária de 0,0082% ao dia. |
| IOF sobre FIDCs | Incidência de IOF de 0,38% na aquisição primária de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs). |
| Tributação de aportes em planos VGBL | O IOF será cobrado a partir de 2026 para aportes anuais acima de R\$ 600 mil, mesmo se distribuídos entre seguradoras diferentes. Há regra de transição em 2025 para aportes acima de R\$ 300 mil por seguradora. |
| Isenção de IOF em câmbio | Zera a alíquota do IOF em operações de câmbio com finalidade de retorno de recursos aplicados por investidor estrangeiro em participações societárias, preservando o investimento direto. |

Como compensação, o governo editou uma Medida Provisória com uma série de medidas, no geral, também de cunho arrecadatório, para compensar a arrecadação esperada inicialmente com o IOF. Dentre as medidas, estão:

- Tributação de “títulos isentos”, como as LCAs, LCIs, LCDs, CRAs, CRIs, LIGs, debêntures (ou outros títulos ligados ao setor) de infraestrutura e Letas Hipotecárias passarão a pagar 5% de Imposto de Renda;
- Aumento de 15% para 20% do Imposto de Renda recolhido sobre o pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP);
- Aumento de 9% para 15% da alíquota da CSLL sobre empresas do setor financeiro (instituições de pagamento e empresas de seguro privado). No caso dos bancos, a alíquota foi mantida em 20%;
- Aumento da tributação sobre as plataformas eletrônicas de apostas (*bets*), de 12% para 18% da receita bruta.

O Quadro a seguir traz um resumo das principais medidas.

*Operação em que a empresa fornecedora, normalmente de menor porte, antecipa junto a uma instituição financeira recebíveis que possui de sua compradora (normalmente uma empresa de maior porte). Tal operação era isenta de IOF até então.

Quadro 7: Medidas Compensatórias

| Medida | Resumo |
|---|--|
| Uniformização na tributação sobre aplicações financeiras | Unificação da alíquota de IR em 17,5% sobre aplicações financeiras, independente do prazo, encerrando o escalonamento entre 22,5% (menos de 6 meses) e 15% (mais de 2 anos). |
| Fim da isenção para investimentos | A partir de 2026, os “títulos incentivados”, como LCI, LCA, LCD, CRI, CRA, LIG, Debêntures de Infraestrutura, entre outros, hoje isentos de IR, serão tributados com IR de 5%. Os títulos já emitidos mantêm a isenção, ou seja, não afetará o estoque. |
| Tributação de bets | Proposta eleva a alíquota de 12% para 18% sobre a receita bruta de jogos (GGR) auferida pelas plataformas de apostas. |
| Aumento da CSLL para instituições financeiras | Alíquota mínima de 9% será eliminada; instituições de pagamento e empresas de seguro privado passarão a pagar 15%. Bancos seguem com 20%. |
| Elevação da alíquota do IR sobre o JCP | Alíquota de IR subirá de 15% para 20% sobre os ganhos de pessoas físicas com Juros sobre Capital Próprio (JCP) |
| Compensação de ganhos e perdas | Proposta permitirá compensar perdas de renda variável com ganhos de renda fixa (e vice-versa) na declaração do IR, com crédito válido por até 5 anos. Atualmente, a compensação só é válida dentro do mesmo tipo de operação (ex: prejuízo em títulos públicos pode compensar lucro em CDBs), por prazo indeterminado. |
| Tributação de hedge e criptoativos | Equipara hedge no exterior (operações de hedge feitas fora do país – em balcão) às regras de bolsa nacional; atualiza normas para empréstimo de ativos; regulamenta tributação de criptoativos com regras similares às aplicações financeiras, mas com apuração segregada e IR de 17,5%. |

Todas as propostas compensatórias precisarão ser aprovadas no Congresso, o que significa que pode haver alterações relevantes ainda em seu conteúdo final (isso se forem aprovadas). Em relação às alterações referentes ao Imposto de Renda (IR), como no caso dos títulos isentos e do JCP, a medida precisa respeitar o princípio da anualidade no qual o imposto está sujeito, ou seja, mesmo que aprovados pelo Congresso, somente passarão a valer em 2026. Já a CSLL está sujeita apenas a noventena, ou seja, o aumento da contribuição passará a valer 90 dias após a edição da Medida Provisória (e seguirá valendo se a MP for aprovada pelo Congresso). O prazo para a aprovação da MP é de 120 dias, caso contrário, as medidas deixam de valer.

Do ponto de vista das despesas, a MP também trouxe alguns ajustes, ainda que tímidos:

- Inserção do Programa Pé-de-Meia no piso constitucional da educação (ou seja, seus gastos passarão a ser computados no mínimo que o governo precisa gastar com educação);
- Limitação conforme existência de dotação orçamentária para o pagamento do programa Seguro Defeso (benefício pago a pescadores em período de reprodução dos peixes). O custo do programa em 2024 foi de R\$ 4,4 bi.
- Redução de 180 dias para 30 dias na duração do auxílio-doença concedido via a plataforma Atestmed. A partir do prazo final (30 dias), a prorrogação do benefício estará sujeita a uma perícia presencial.

Segundo o Ministério da Fazenda, a previsão de arrecadação com as medidas é de R\$ 10 bi em 2025 e R\$ 20 bi em 2026. No caso das despesas, as estimativas são de R\$ 4,3 bi e R\$ 10,7 bi, respectivamente.

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Ataque de Israel ao Irã leva a escalada do preço do petróleo e derruba bolsas na semana

O fim da última semana foi marcado pelo início da ofensiva militar de Israel contra o Irã, que atingiu instalações nucleares e matou o chefe da Guarda Civil iraniana. O ataque reflete, segundo Israel, o avanço do programa nuclear iraniano, que estaria muito próximo de obter uma bomba nuclear. Enquanto isso, Donald Trump deu um ultimato ao Irã para fechar um acordo com os EUA e reduzir o nível de enriquecimento de urânio, evitando assim uma escalada do conflito. Mas, ao que tudo indica, este não parece ser o desfecho mais provável. Pelo contrário, a percepção que o conflito deve se intensificar na região trouxe forte preocupação aos agentes, que fugiram dos ativos atrelados ao risco, levando à queda das principais bolsas do mundo. Já o barril de petróleo (tipo *Brent*) subiu mais de 10% na semana com receio de impacto na oferta da *commodity*.

Antes do ataque, a semana era marcada pelos dados de inflação (CPI) abaixo do esperado nos EUA e avanço nas negociações comerciais entre os EUA e a China, que traziam um viés positivo aos mercados. Os rendimentos das *Treasuries* caíam ao longo da semana, enquanto o índice do dólar (DXY) havia recuado para o menor nível desde mar/22.

O CPI subiu 0,1% nos EUA em maio, abaixo do esperado. A principal surpresa veio do núcleo do indicador, onde nenhum dos 73 economistas consultados pela Bloomberg estimavam um avanço de apenas 0,1% no mês. O resultado desafiou as estimativas que já contavam com algum efeito das tarifas comerciais nos preços. Uma possível explicação é que a cautela dos consumidores em relação aos gastos esteja segurando a demanda, o que pode estar compensando o repasse das tarifas aos preços finais. Outra explicação foi a forte criação de estoques por parte das empresas antes das tarifas, que estariam ainda vendendo produtos com custos de aquisição menores. Com o resultado, o CPI acelerou apenas ligeiramente em 12 meses, para 2,4% (ante +2,3%), enquanto o núcleo permaneceu estável em 2,8%. O índice ao produtor (PPI) também trouxe surpresa positiva no mês, com alta de apenas 0,1% em maio.

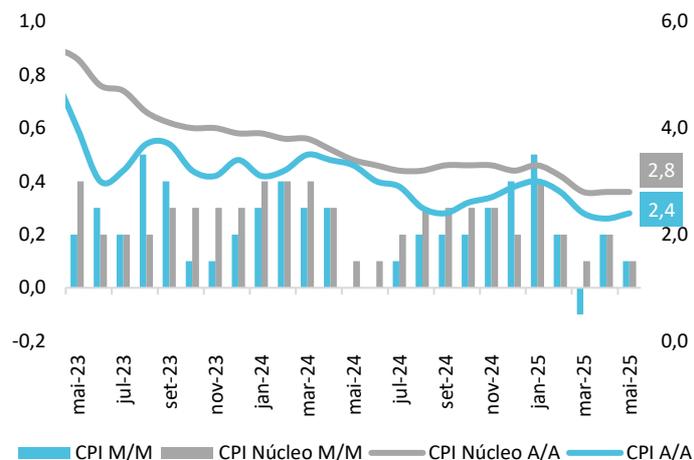
Na China, os dados da balança comercial e da inflação reforçaram o quadro de baixo dinamismo da demanda interna do país. As exportações subiram 4,8% ante mai/24, abaixo do esperado (+6,0%), enquanto as importações recuaram 3,4%, também abaixo do esperado (-1,0%) e o 3º resultado negativo no comparativo anual. No caso da inflação, tanto o índice ao consumidor (CPI) como ao produtor (PPI) seguem em terreno deflacionário.

Quadro 8: Preço do Barril de Petróleo (tipo *Brent*) – Em US\$



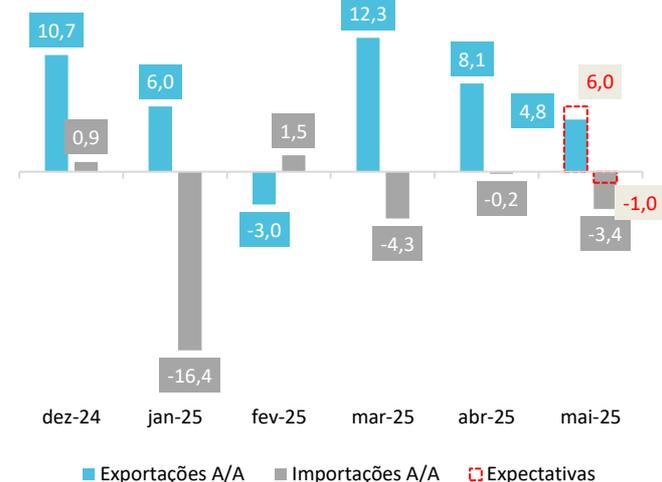
Fonte: Bloomberg.

Quadro 9: EUA – Inflação ao Consumidor (CPI) Var. % m/m e a/a



Fonte: Bloomberg.

Quadro 10: China – Exportações e Importações Var. % ante o mesmo período do ano anterior



Fonte: Bloomberg.

Boletim do Mercado de Capitais da Anbima – Maio/2025

CRÉDITO / BANCOS

O mercado de capitais doméstico fechou o mês de maio totalizando R\$ 43,6 bilhões em captações, segundo o Boletim de Mercado de Capitais da Anbima. Em termos reais, o valor representa uma queda tanto em relação ao observado no mesmo mês do ano passado (R\$ 80,9 bi ou -46,1%), quanto em relação ao mês anterior (R\$ 47,5 bi ou -8,2%). Assim, o resultado trouxe novos sinais de moderação do segmento, mas ainda prosseguindo em bom patamar.

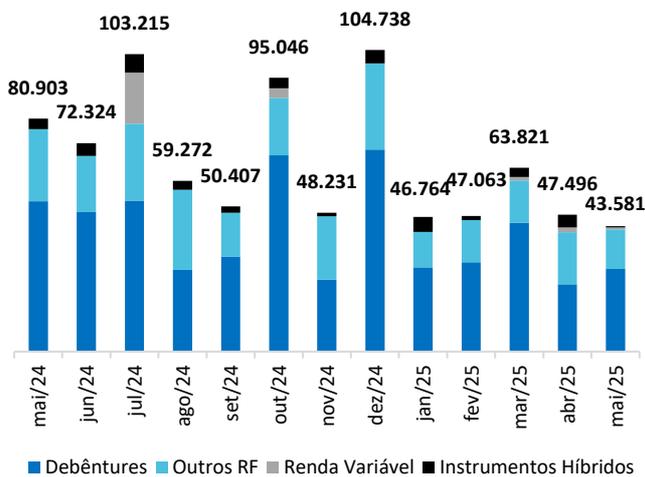
As emissões de debêntures seguiram liderando as captações do mês, totalizando R\$ 28,7 bi, o equivalente a dois terços (65,9%) do volume total. De todo modo, o valor representa uma queda de 44,9% ante mai/24, com dados ajustados pela inflação. No acumulado do ano (jan-mai), o volume captado através das debêntures chegou a R\$ 155,9 bi, queda real de 7,7% no período. Cabe destacar que tal queda está concentrada nos papéis corporativos (-24,2%), enquanto as debêntures incentivadas, normalmente associadas a investimentos em infraestrutura, registram alta de 31,6% no acumulado do ano, representando já 40,2% do total emitido.

As captações através dos demais instrumentos de renda fixa recuaram 45,5% no comparativo com o mesmo mês do ano anterior, respondendo por 31,4% do total. A queda foi disseminada entre os principais instrumentos: FIDCs (-59,4% ante mai/24), CRIs (-42,2%) e CRAs (-36,1%). Com isso, os instrumentos de renda fixa responderam praticamente pela totalidade das emissões no mês de maio (97,3% do total). Estes instrumentos também apresentam queda no acumulado do ano, de 18,7%.

Por outro lado, seguem bastante pontuais as captações via instrumentos de renda variável (*equity*). Em maio, houve apenas uma operação de *follow-on*, de uma empresa do setor de saneamento no valor de R\$ 635 mi, enquanto os IPOs seguem zerados desde jan/22. No ano, foram captados apenas R\$ 3,5 bi em operações desta natureza, também abaixo do observado em 2024 (R\$ 5,2 bi), que já foi um ano fraco para este tipo de operação.

Por fim, no acumulado do ano, as emissões totais atingiram R\$ 248,7 bi, queda de 14,7% ao mesmo período do ano passado, como visto acima, com queda disseminada entre as modalidades. Para o restante do ano, as captações no mercado de capitais devem seguir com tendência de moderação, em função do cenário de desaceleração econômica e juros elevados. Contudo, o volume de emissões deve seguir em bom patamar, sendo uma fonte relevante de recursos para as empresas.

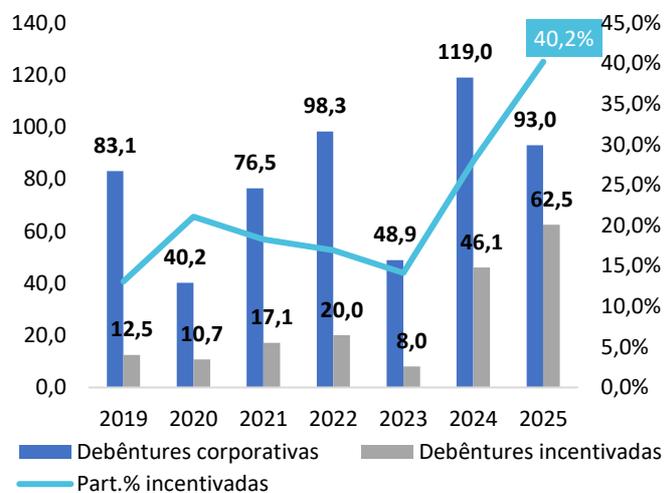
Quadro 11: Captação no Mercado de Capitais por instrumento - R\$ mi – Preços de mai/25 (IPCA)



■ Debêntures ■ Outros RF ■ Renda Variável ■ Instrumentos Híbridos

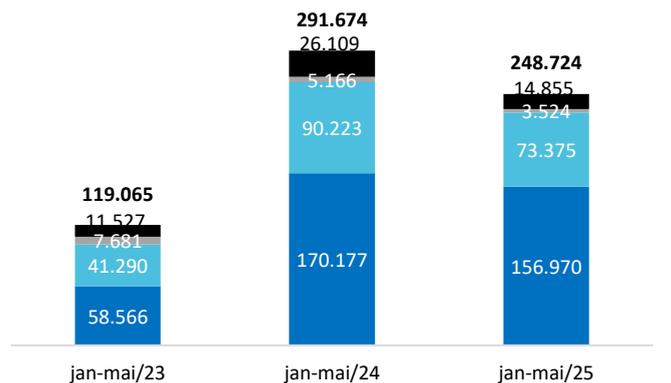
Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.

Quadro 12: Emissão de Debêntures – Por tipo de Regime Fiscal – Acum. do ano até maio (Em R\$ bi)



Fonte: Anbima e BCB. Elaboração: Febraban.

Quadro 13: Volume de captação acum. no ano R\$ mi – Preços de mai/25 (IPCA)



■ Debêntures ■ Outros Renda Fixa ■ Renda Variável ■ Instrumentos Híbridos

Fonte: Anbima. Elaboração: Febraban.



MERCADOS E EXPECTATIVAS

| FOCUS – Indicadores Selecionados | 2025 | | | | 2026 | | | |
|--|----------|----------|----------|------|----------|----------|----------|------|
| | 13/06/25 | 06/06/25 | 16/05/25 | Viés | 13/06/25 | 06/06/25 | 16/05/25 | Viés |
| IPCA (%) | 5,25 | 5,44 | 5,50 | ▼ | 4,50 | 4,50 | 4,50 | ↔ |
| PIB (% de crescimento) | 2,20 | 2,18 | 2,02 | ▲ | 1,83 | 1,81 | 1,70 | ▲ |
| Meta Selic - fim do ano (% a.a.) | 14,75 | 14,75 | 14,75 | ↔ | 12,50 | 12,50 | 12,50 | ↔ |
| Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$) | 5,77 | 5,80 | 5,82 | ▼ | 5,80 | 5,89 | 5,90 | ▼ |

Fonte: Banco Central do Brasil.

| Indicadores do Mercado | 13/06/25 | Variação % | | | |
|--|------------|------------|--------|---------|----------|
| | | Na semana | No mês | No ano | 12 meses |
| NACIONAL | | | | | |
| Taxa de câmbio (R\$/US\$) | 5,54 | -0,29% | -3,13% | -10,26% | 2,39% |
| CDS Brasil 5 anos (em pontos) | 154,68 | -2,06% | -4,41% | -28,06% | 0,02% |
| Juros DI 30 dias (% a.a.) | 14,77 | 0,00% | 0,53% | 19,93% | 41,68% |
| Juros DI 1 ano (% a.a.) | 14,66 | -0,91% | 0,18% | -4,88% | 33,03% |
| Juros DI 5 anos (% a.a.) | 13,63 | -1,41% | -0,52% | -12,59% | 12,01% |
| Índice Ibovespa (em pontos) | 137.212,63 | 0,82% | 0,14% | 14,07% | 14,40% |
| IFNC (setor financeiro) | 14.997,53 | -0,25% | -2,47% | 26,78% | 24,42% |
| INTERNACIONAL | | | | | |
| Fed Funds (% a.a.) | 4,50 | 0,00% | 0,00% | 0,00% | -18,18% |
| T-NOTE - 2 anos (% a.a.) | 3,95 | -2,20% | 1,28% | -6,94% | -15,96% |
| T-NOTE - 10 anos (% a.a.) | 4,40 | -2,37% | -0,04% | -2,96% | 3,64% |
| Dollar Index | 98,14 | -1,06% | -1,20% | -9,24% | -6,71% |
| Índice S&P 500 (em pontos) | 5.976,97 | -0,39% | 1,10% | 1,19% | 10,00% |
| Índice de ações de bancos – EUA | 110,31 | -3,10% | -1,39% | -8,15% | 17,89% |
| Índice Euro Stoxx 50 | 5.290,47 | -2,57% | -1,42% | 8,65% | 7,19% |
| Índice de ações de bancos - Zona do Euro | 198,09 | -3,00% | -1,63% | 36,28% | 44,91% |
| Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$) | 74,56 | 12,17% | 16,68% | 0,23% | -9,90% |

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 Daniel Casula
 João Vítor Siqueira